

A crise de identidade da psicologia social

AROLDO RODRIGUES *

1. Origens da crise atual da psicologia social; 2. Consequências da crise de identidade da psicologia social; 3. Conclusão.

O presente artigo focaliza a crise de identidade que vem dominando a psicologia social nos últimos 10 anos, e tem como finalidade apresentar as origens e o porquê desta crise, caracterizando-a nos seus matizes atuais e esboçando possíveis soluções para a mesma. Depois de breve referência a aspectos metodológicos e epistemológicos, evidencia-se a crise de identidade da psicologia social, ora considerada como tecnologia social, ora como uma atividade centrada em problemas sociais concretos, ora como filosofia social impregnada de ideologia e ora como ciência básica. São analisadas as consequências desta crise, e a posição do autor é a de que a psicologia social deve identificar-se como uma ciência básica do estudo do comportamento interpessoal tal como influenciado pela percepção do outro e dos demais fatores situacionais motivadores deste comportamento. O artigo termina salientando a necessidade de uma solução urgente para a crise de identidade da psicologia social.

Desde que se iniciou o movimento de exigência de relevância social para a atividade do psicólogo especialista em psicologia social, esta disciplina se encontra em crise. A tranquilidade e a clara identidade da psicologia social como ciência fundamentalmente básica — prevalente nas décadas de 40, 50 e em grande parte da década de 60 — cederam lugar ao torvelinho de questionamentos dos últimos 10 anos fazendo com que a disciplina mergulhasse em uma crise bastante profunda e que se configura, cada vez mais nitidamente, como uma crise de identidade. Há, entretanto, os que consideram a psicologia social uma ciência básica, e aqueles que a vêem como uma ciência aplicada; outros ainda como uma tecnologia, alguns como uma ideologia e poucos como uma filosofia social, além dos que a consideram uma combinação de duas ou de três das características citadas.

Neste trabalho dar-se-á enfoque apenas à crise de identidade da psicologia social. Convém salientar, todavia, que esta disciplina atravessa outros tipos de crise, tais como a crise de sua cientificidade,¹ a crise de paradigma (14, 4, 8, 12, 13) e a crise da adequação do método experimental (9, 5, 6). Estas crises, porém, apresentam muitos aspectos positivos, uma vez que obrigam os psicólogos sociais a se questionarem e, da busca de solução aos problemas levantados, derivam muitos benefícios para a psicologia social. A crise de identidade suscitada pela exigência de relevância e clara pregação de engajamento político, todavia, tem mais aspectos negativos que positivos, porque gera um estado caótico na disciplina e não um salutar debate sobre aspectos específicos de um setor *identificado* do saber.

* Do Departamento de Psicologia da PUC/RJ.

¹ Veja a controvérsia de Gergen, K. J. (3) contra Schlenker, B. R. (10).

1. Origens da crise atual da psicologia social

Para se entender a atual crise da psicologia social faz-se mister remontar ao período em que esta disciplina começou a surgir como ramo autônomo e vigoroso no quadro do saber científico. Este período coincide com a atividade teórico-prática de Kurt Lewin na década de 30. Teórico rigoroso e, ao mesmo tempo, orientado nitidamente para a atividade prática, Lewin contribuiu enormemente para o desenvolvimento da psicologia social, quer como ciência básica, quer como ciência aplicada. Sua morte prematura, no final da década de 40, fez com que ascendessem como figuras dominantes do cenário da psicologia social os seus muitos e destacados discípulos, entre vários outros, Leon Festinger, Dorwin Cartwright, John French, Morton Deutsch, Harold Kelley, Alex Bavelas, Alvin Zander, Harold Gerard, além de seus companheiros de atividade em psicologia social na época como Solomon Asch e Fritz Heider.

Coerentes com a filosofia dominante nos EUA e empenhados em assegurar o *status* científico da psicologia social, estes investigadores, em sua quase-totalidade, optaram por uma atuação em psicologia social que se caracterizou claramente pela atividade científica pura, principalmente, por meio da utilização do método experimental de laboratório. Verifica-se sem dificuldade que, durante as décadas de 40, 50 e em grande parte da década de 60, o desenvolvimento da psicologia social se deu por meio do advento de teorias específicas relativas a fenômenos psicossociais delimitados e de uma frenética atividade experimental destinada a testar empiricamente as hipóteses logicamente derivadas das teorias existentes.

Não se infira do exposto que a atual psicologia social, após o início do questionamento que gerou a presente crise, tenha deixado de apresentar, predominantemente, estas mesmas características. A diferença entre os tranquilos anos das décadas anteriores e os agitados momentos por que passa a disciplina nos últimos 10 anos não é outra senão o fato de que, ao contrário de outrora, o psicólogo social de hoje é constantemente solicitado a responder à pergunta “qual a relevância social de seu projeto de pesquisas? ”, além de ser também frequentemente questionado nos aspectos epistemológicos, éticos e metodológicos do método que mais se presta à verificação de relação entre variáveis, ou seja, o método experimental de laboratório.

Se fosse apenas a existência do questionamento do método preferido e a exigência de relevância social, não se poderia dizer, como assinalamos acima, que a disciplina se encontrava em crise. Afinal de contas, tais questionamentos são salutareos, provocam a reflexão e desta atividade decorrem, inexoravelmente, enormes benefícios para os que se dedicam à descoberta do real. O que a meu ver lançou a psicologia social em crise foi a indefinição que se apossou dos que a ela se dedicam no que tange à sua identidade. Os questionamentos levantados suscitaram dúvidas nos psicólogos sociais que, apesar de predominantemente ainda continuarem a pesquisa básica pelo método experimental de laboratório, o fazem *faute de mieux*, quase que sem convicção e enquanto esperam uma mudança total de paradigma

que permita à disciplina um outro tipo de lidar com seu objeto material. Vê-se a psicologia social ora considerada como uma tecnologia social, ora como uma atividade centrada em problemas sociais concretos, ora como uma filosofia social impregnada de ideologia e, ora ainda, como uma ciência básica. Terminaram, destarte, os anos tranquilos da investigação pura, acompanhada de estudos de campo e de atividades aplicadas em menor número, todas orientadas pelo paradigma vigente, segundo o qual a psicologia social era uma ciência dedicada ao estudo da interdependência entre indivíduos e dos fatores situacionais que nela influem e que, descobrindo as relações entre as variáveis que estudava esuaria, *a fortiori*, acumulando o conhecimento necessário às intervenções dos agentes sociais de mudança, fossem eles psicólogos ou não. Não se exigia, como se fez depois de instaurada a crise, que o psicólogo social se engajasse ideologicamente em sua atividade científica.

Veja-se a seguir as principais conseqüências da crise de identidade da psicologia social.

2. Conseqüências da crise de identidade da psicologia social

Pretendendo responder à demanda que lhe era feita de relevância social em suas atividades científicas, o psicólogo social do final da década de 60 em diante, procurou seguir um dos seguintes cursos de ação:

1. Concentrar-se em pesquisas centradas num problema socialmente relevante
2. Dedicar-se à resolução de problemas sociais ou intervir diretamente em situações sociais que o solicitam
3. Tornar-se um tecnólogo social.

Vejamos em seguida como os psicólogos sociais têm-se se saído nestes empreendimentos e como isto concorreu para a acentuação da crise de identidade da psicologia social.

2.1 Pesquisas centradas em um problema

Philip Zimbardo da Universidade de Stanford nos ofereceu um excelente exemplo desta orientação tomada por muitos psicólogos sociais nos últimos anos. Em seu estudo simulado de uma prisão no subsolo de Stanford (16), ele estuda em condições controladas o comportamento de guardas e prisioneiros numa prisão simulada. Este experimento foi conduzido dentro do maior rigor metodológico. Seu conteúdo, porém, apresentava óbvia relevância e de fato teve como conseqüência um grande impacto na comunidade, tendo sido seu autor objeto de críticas severas por

parte de representantes do sistema carcerário da Califórnia, convocado para depor no Comitê Judiciário da Câmara dos Deputados, solicitado a dar entrevistas para revistas e jornais de grande circulação e participado de um programa nacional de televisão sobre o assunto.

É importante salientar que, do ponto de vista metodológico, o experimento nada difere da tradição dominante no período anterior à crise da psicologia social. O que ele mostra com clareza, todavia, é a ênfase colocada em um problema de impacto na sociedade e que pouca gente hesitaria em considerá-lo socialmente relevante.

Seria perigoso e, possivelmente, errôneo afirmar que, antes do advento da crise da relevância, estudos centrados num problema socialmente importante não existiram. Como bem diz Silverman (11), “afiliação, agressão, atitudes e mudanças de atitude, comunicação, competição, conformismo, tomada de decisão, dinâmica de grupo, formação de impressão, relações grupais, liderança, negociação, persuasão, preconceito, poder social, socialização” são todos assuntos socialmente de grande interesse e fartamente estudados nas décadas de 30, 40, 50 e 60.

A diferença entre os estudos anteriores sobre estes assuntos, sem dúvida relevantes, e os do tipo exemplificado pelo trabalho de Zimbardo, reside no claro *realismo mundano* (18) deste último e na falta desta característica quase-totalidade daqueles. Ademais, o experimento de Zimbardo traz em si o elemento indispensável dos estudos influenciados pela exigência de relevância, ou seja, o aspecto ideológico e instigador à mudança do *status quo*. Em livro recente, Deutsch e Hornstein (2) apresentam, além do trabalho de Zimbardo, quatro outros estudos que, ao mesmo tempo em que obedecem à rigorosa metodologia científica, concentram-se em problemas de clara relevância social.

Se estudos como o de Zimbardo apresentam o necessário rigor metodológico e, ao mesmo tempo, exibem realismo mundano e consideram problemas sociais muito importantes, por que não fazer deste tipo de pesquisa o modelo-padrão das investigações em psicologia social?

A resposta é que, em primeiro lugar, tais estudos, embora muito recomendáveis, exigem recursos que escapam ao controle da maioria dos psicólogos sociais. Se há recursos, não há dúvida de que esta é uma forma recomendável de proceder no estudo do objeto da psicologia social, a não ser quando se trata, exclusivamente, de verificar a existência ou não de relação entre variáveis tal como sugeridas por hipóteses logicamente derivadas de uma teoria. Neste último caso, parece-me que o experimento de laboratório ainda é o mais recomendado.

Experimentos de campo e de laboratório são, pois, ambos extremamente recomendáveis e há quem defenda a posição segundo a qual a psicologia social, ao invés de empregar o método de laboratório em cerca de 80% de suas investigações e o de campo nos restantes 20%, deveria inverter estas percentagens.²

² Veja, por exemplo, Triandis, H. C. (13).

Parece que o problema não está tanto na percentagem maior ou menor de um e outro tipo de metodologia, mas antes na tentativa de limitação dos estudos de psicologia social a uma só delas, como tentam fazer os mais entusiasmados pela relevância.

Em segundo lugar, nem sempre o cientista está interessado em conhecer para modificar o ambiente, mas meramente em conhecer para conhecer. Esta última atitude não é aceita pelos proponentes da psicologia social relevante o que, obviamente, concorre para a confusão conceitual do que seja psicologia social hoje em dia.

2.2 Intervenção social: o psicólogo como agente de mudança aplicando seus conhecimentos a uma realidade social que os solicita

Na última década tem-se verificado um aumento na exigência de que o psicólogo social venha a campo intervir diretamente na realização de mudanças sociais julgadas necessárias. Não se trata exatamente de uma psicologia social aplicada que sempre existiu, embora em menor grau, que a psicologia social básica em virtude das maiores dificuldades envolvidas no primeiro tipo citado, mas numa intervenção social destinada a modificar algum aspecto do *status quo*. A revista especializada, denominada *Journal of Social Issues*, apresenta vários exemplos desta orientação. O artigo de Campbell (1) intitulado *Reforms as experiments* salienta a necessidade de serem levados em conta aspectos decisórios de natureza política sempre presentes quando nos propomos a intervir num problema social concreto. Além do problema político, o psicólogo social quando vai a campo realizar uma intervenção direta, verifica a necessidade de improvisar e de entender sobre muito mais do que aquilo para o qual foi treinado; a realidade social é complexa e seu tratamento requer um enfoque multidisciplinar. Ainda a considerar é o problema concreto de efetuar uma mudança e as preocupações éticas que isto acarreta.

A consideração destes múltiplos problemas — envolvidos na atuação do psicólogo social como um agente de mudança — mostra que há uma defasagem entre o que muitos deles solicitam ou até mesmo exigem, e o treinamento que ele recebe em sua formação e/ou a natureza da psicologia social tal como é conhecida até hoje. A psicologia social tem-se caracterizado por estudar os fatores situacionais que influem nas relações interpessoais. Sua unidade de análise tem sido o comportamento interpessoal e não a cultura, o sistema político ou a sociedade. Conseqüentemente, o psicólogo social ao intervir em um complexo onde aspectos culturais em geral e políticos, ideológicos e sociológicos em particular estão operando, há de sentir-se frente a uma realidade distinta da que está habituado e experimentar as dificuldades inerentes à confrontação de uma situação nova. A unidade de análise de seu estudo deixa de ser o *comportamento interpessoal* e passa a ser os *problemas sociais*.

A atuação do psicólogo social como agente de mudança, mais do que sua concentração em pesquisas centradas em um problema social relevante, é uma

consequência das exigências desencadeadas pela crise da psicologia social e talvez o fator mais importante na caracterização da crise de identidade da psicologia social contemporânea.

Convém ressaltar que vários acontecimentos sociais foram responsáveis pelo surgimento da crise de relevância. A guerra do Vietnã, a violência desenfreada, a corrida armamentista e as injustiças sociais são alguns dos fenômenos do impacto universal que influíram no desencadeamento de um clamor de relevância social na atividade do cientista, seu engajamento no processo social e, como consequência, sua adoção do papel de agente de mudanças sociais. Zimbardo (17) assinala que seu treinamento como estudante de Yale bem como seu grupo de referência entre seus colegas psicólogos sociais foram ambos conducentes à formação de uma mentalidade de cientista rigoroso dedicado à pesquisa básica. “Foram necessárias”, diz ele, “as atrocidades da guerra do Vietnã, para me fazer novamente consciente que eu me havia tornado um psicólogo não para aumentar o estoque dos meus conhecimentos, mas para tentar, de maneira modesta, melhorar a qualidade de vida humana” (p. 60). Esta posição de Zimbardo traduz com precisão a filosofia dominante num grande segmento da população de psicólogos sociais contemporâneos, que, a meu ver, erraram de profissão; deviam eles ter sido políticos e não cientistas. O psicólogo social, segundo esta versão de seu papel, não pode mais limitar-se a produzir conhecimento mas deve de fato engajar-se na produção de mudanças sociais, o que o leva a uma ação em reação ao *status quo* e conducente à promoção de reformas que visem uma melhora de qualidade de vida, segundo, evidentemente, o sistema filosófico de valores do agente da mudança. Esta concepção do papel do psicólogo social não lhe reconhece lugar como cientista básico, puro descobridor da realidade; ele exige o seu engajamento no processo de reforma social com todas as concomitantes ideologias inseparáveis de uma práxis.

2.3 *O psicólogo como tecnólogo social*

Uma terceira forma de atividade do psicólogo social que surgiu após o advento da solicitação de relevância social, foi a sua atuação como tecnólogo social. Ao contrário dos posicionamentos vistos nas seções anteriores, a tecnologia social não se insurge contra a atividade exclusivamente dedicada à pesquisa básica; ao contrário, ela a valoriza e recomenda que os achados dela decorrentes sejam utilizados pelo tecnólogo na criação de um produto socialmente útil.

Jacobo Varela, proponente do nome tecnologia social para tal tipo de atividade e seu expoente máximo, diz textualmente: “Enquanto a pesquisa consiste em análise, a tecnologia é síntese. Ao invés de isolar variáveis, o tecnólogo as combina.” E, adiante, define tecnologia social: “É a atividade que conduz ao planejamento de soluções aos problemas sociais através da combinação de achados derivados de diferentes áreas das ciências sociais” (15, p. 160).

Vê-se que Varela fala de “ciências sociais” e não somente da psicologia social. A realidade social é complexa, e nenhum único setor do saber é suficiente, por si só, para abrangê-la. A atuação de Varela demonstra, de forma inequívoca, a relevância da pesquisa básica em psicologia social, de vez que utiliza as descobertas dela decorrentes na formação de produtos de clara relevância social. Sendo o trabalho do tecnólogo uma atividade aplicada e de intervenção no *status quo*, é óbvio que os problemas filosóficos inerentes a qualquer práxis estão presentes e devem ser enfrentados por quem a realiza. Ademais, o reconhecimento de que é necessário o recurso dos ensinamentos das *ciências sociais* e não apenas aos de *psicologia social*, coloca em nítido foco o problema da interdisciplinaridade nas intervenções sociais e a dificuldade em conceituar-se a psicologia social como uma ciência de intervenção social. Ao prestar estes esclarecimentos, a tecnologia social, quando corretamente entendida, contribui para a distinção entre psicologia social básica, psicologia social aplicada e tecnologia social. Quando, porém, erroneamente interpretada, concorre para a crise de identidade da psicologia social, de vez que os que assim o fazem julgam ser a psicologia social uma tecnologia social, o que, é claro, não é verdadeiro. A psicologia social é, talvez, o setor do conhecimento mais capacitado a fornecer subsídios valiosos ao tecnólogo social; não é, porém, o único e, muito menos, se confunde com a psicologia social.

3. Conclusão

O que é, pois, a psicologia social? Um setor do saber destinado ao estudo de problemas sociais relevantes? Uma ciência aplicada cujo objetivo é realizar mudanças no ambiente social? Uma tecnologia social capaz de criar produtos socialmente úteis?

Esta crise de identidade da disciplina tem tido diversas consequências desagradáveis. Uma delas é um abalo na própria identidade do psicólogo social. Treinado para uma atividade acadêmica de pesquisa, o psicólogo social encontra dificuldades em adotar uma atitude que seja conflitante com os valores do verdadeiro *scholar*. Pressionado pela solicitação de relevância e intervenção, o psicólogo social — ao ingressar na atividade prática — torna-se, como bem salienta Cristina Maslach (7) “dolorosamente ciente do fato de que a passagem da pesquisa básica para o trabalho aplicado não é meramente uma mudança de foco, mas envolve profundas mudanças na identidade profissional. No coração destas mudanças estão problemas muito complexos e angustiantes relativos a *status*, poder e valores que são muito difíceis de serem resolvidos” (p. 238).

Como consequência desta situação aqueles que se sentem melhor na atividade de pesquisa básica são solicitados a justificar seu aparente desengajamento dos problemas que afligem a sociedade de nossos dias; os que se engajam na atividade aplicada como agentes de mudança pagam o preço da falta de preparação

e do problema da hierarquização de valores. Enquanto tal situação desagradável para ambos não for resolvida, seu trabalho estará prejudicado e, por conseguinte, a psicologia social menos capacitada a concorrer para a promoção do bem-estar humano.

Ademais, a indefinição da psicologia social e dos professores desta disciplina suscitam nos alunos uma sensação bastante frustradora. Devido à sua não-caracterização pelo professor, como ciência básica em condições de concorrer, indiretamente, para a promoção do bem-estar humano, o estudante se torna desmotivado perante a descrição de experimentos de laboratório. Por outro lado, devido ao seu passado de ciência básica, sua faceta de fornecedora do instrumental necessário às mudanças sociais tampouco satisfaz ao estudante ávido de soluções para os problemas concretos que enfrenta.

Faz-se mister, por conseguinte, que a psicologia social resolva sua crise de identidade a fim de que possa ser apresentada com características definidas, impedindo assim a formação de expectativas indevidas por parte dos que a procuram. O problema não é de fácil solução, mas tentarei, ao concluir, apresentar a minha atual visão do que seja psicologia social, reservando-me o direito de vir a mudar o meu modo de pensar ao final do meu estudo do assunto que se iniciou há alguns meses mas que ainda está longe de ser concluído.

Minha opinião hoje é que a psicologia social deve identificar-se como uma ciência básica do estudo do comportamento interpessoal tal como influenciado pela percepção do outro e dos demais fatores situacionais motivadores deste comportamento. Para este fim deve considerar o comportamento interpessoal como sua unidade de análise, adotar o método experimental, quer de campo quer de laboratório, como sua via mais poderosa da investigação sem, contudo, prescindir totalmente de outros menos rigorosos quando inevitável. Deve ainda ressaltar a sua capacidade de colaborar no esforço interdisciplinar destinado à solução de problemas sociais concretos, sob a forma de provisão de conhecimentos do processo de interação humana que permitirá ao tecnólogo social, investido do poder de agente de mudanças, efetuar-las da melhor forma. Penso também que a psicologia social há de ser totalmente livre de ideologias e observar sem preconceitos seu objeto de estudo consoante a velha tradição científica de Claude Bernard. Se assim for, poderá ela continuar a contribuir significativamente para a eficácia da tecnologia social, de cuja aplicação competente depende, em última análise, o bem-estar social.

Mais importante, porém, que adotar-se esta caracterização da psicologia social é que se chegue o quanto antes a uma solução para esta sua crise de identidade, a fim de que ela recupere o ambiente propício ao seu desenvolvimento que existia nas décadas anteriores. Parece-me um esforço merecedor da atenção de todos os psicólogos sociais o de, à luz dos questionamentos apresentados e das posições assumidas, procurar caracterizar o que, de fato, constitui o objeto material da psicologia social e qual a melhor maneira de estudá-lo. Da resolução da crise de identidade aqui esboçada depende, a meu ver, o progresso da disciplina.

Referências bibliográficas

1. Campbell, D. Reforms as experiments. *American Psychologist*, (24): 409-29, 1969.
2. Deutsch, M. & Hornstein, H. A. *Applying social psychology*. New York, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1975.
3. Gergen, K. J. Social psychology as history. *Journal of Personality and Social Psychology*, (26): 309-20, 1973.
4. Harré, R. & Secord, P. F. *The Explanation of social behavior*. London, Blackwell, 1972.
5. Kelman, H. C. Human use of human subjects: the problem of deception in social psychological experiments. *Psychol. Bulletin*, (67):1-11, 1967.
6. Kelman, H. C. The rights of the subject in social research: an analysis in terms of relative power and legitimacy. *American Psychologist*, (27):989-1016, 1972.
7. Maslach, C. The social psychologist as an agent of change: an identity crisis. In: Deutsch, M. & Hornstein, H. *Applying social psychology*. New York, Erlbaum, 1975.
8. McGuire, W. J. The yin and yang of progress in social psychology: seven koan. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26 (3): 446-56, 1973.
9. Rosenthal, R. *Experimenter effects in behavioral research*. New York, Irvington, 1976.
10. Schlenker, B. R. Social psychology and science. *Journal of Personality and Social Psychology*, (29): 1-15, 1974.
11. Silverman, I. Crisis in social psychology: the relevance of relevance. *American Psychologist*, (26): 583-4, 1971.
12. Triandis, H. C. Cultural analysis as a response to the crisis in psychology. Trabalho apresentado no XV Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia. Bogotá, Colombia, 1974.
13. Triandis, H. C. Research in personality and social psychology in the context of applied research. Trabalho apresentado na 85.^a Reunião Anual da American Psychological Association. San Francisco, USA, 1977.
14. Varela, J. *Psychological solutions to social problems*. New York, Academic Press, 1971.
15. Varela, J. Can social psychology be applied? In: Deutsch, M. & Hornstein, H. *Applying social psychology*. New York, Erlbaum, 1975.
16. Zimbardo, P. G. The power and pathology of imprisonment. *Congressional record*. Oct. 25, 1971 (Serial, 15).
17. Zimbardo, P. G. Transforming experimental research into advocacy for social change. In: Deutsch, M. & Hornstein, H. *Applying social psychology*. New York, Erlbaum, 1975.
18. Aronson, E. & Carlsmith, J. R. Experimentation in social psychology. In: Lindzey, G. & Aronson, E. ed. *Handbook of social psychology*. 2. ed. Mass., Addison-Wesley, 1968. v. 2.